



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Dionísio – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Dionísio	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise Temática	36
3.3	Clipping de Notícias	77
3.4	Textos Acadêmicos	82
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	87
4.1	Turismo	87
4.2	Cultura	88
4.3	Esporte e Lazer	89
5	Avaliação de Impactos	92
5.1	Metodologia	92
5.2	Resultados	112
6	Créditos e Referências	121
	Entrevistados no município	121
	Equipe Técnica	121

Referências	125
-------------------	-----

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização município de Dionísio	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Dionísio	40
Figura 8 Táxi Sr. Célio Garcia	50
Figura 9 Cachoeira de Dionísio	55
Figura 10 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	57
Figura 11 Corporação musical União Diocesana	65
Figura 12 Congado de Dionísio	65
Figura 13 Nossa Cia de Teatro do distrito de Baixa Verde	66
Figura 14 Festa de Nossa Senhora do Rosário	67
Figura 15 1º encontro de bandas de música	68
Figura 16 Nuvem de termos referente ao clipping de Dionísio	82
Figura 17 Modelo de Gráfico de Radar	97
Figura 18 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos	98

Figura 19 Classificação da Significância de Impactos	99
Figura 20 Imagem de satélite do município de Dionísio	116

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Dionísio.....	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	114
Gráfico 3 Alteração do cotidiano relativo ao lazer	117

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização de Dionísio e de Minas Gerais (%)	27
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Dionísio e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Dionísio e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	32
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Dionísio e de Minas Gerais (2010 – 2013)	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Dionísio e Minas Gerais (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Dionísio.....	38
Tabela 8 Meios de Hospedagem.....	46
Tabela 9 Locais e templos e locais de fé/edificações em Dionísio	52
Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Dionísio (2014-2015)	61
Tabela 11 pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Dionísio (2013-2017)	62

Tabela 12 valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Dionísio (2014-2016)	62
Tabela 13 Espaços de esporte e lazer	75
Tabela 14 Clipping de notícias - Dionísio	77
Tabela 15 Síntese de referências - Dionísio.....	83
Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	93
Tabela 17 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais	95
Tabela 18 Planilha de identificação dos impactos ambientais.....	118
Tabela 19 Listagem de participantes de reunião institucional em Dionísio.....	121
Tabela 20 Equipe Técnica	121

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de **Dionísio**, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Dionísio aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Dionísio /MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Dionísio. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsídio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Dionísio

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

Assim como outros municípios que margeiam o rio Doce, Dionísio era originalmente habitado por índios da tribo dos Botocudos (DIONÍSIO, 2016).

De acordo com a história oral, Dionísio era um soldado que atuava em Vila Rica, atual Ouro Preto, que se atraiu por Ricardina, filha de um preso abastado. Dionísio propõe a Ricardina casamento em troca da liberdade de seu pai e, com seu aceite, articula sua fuga da cadeia. No dia seguinte, porém, Ricardina descobre que Dionísio o assassinara, com receio de ser perseguido e preso pela polícia (DIONÍSIO, 2016).

Os dois seguem viagem e, durante o trajeto, encontram dois soldados vindos de Antônio Dias, resultando em um conflito com a morte do soldado Nicolau. Ricardina também morre em decorrência da difícil viagem. Juntamente com o soldado sobrevivente, Dionísio atravessa a serra divisória do córrego Esperança e fixa moradia em suas margens. Desse modo, inicia-se o cultivo das terras da localidade e sua ocupação (DIONÍSIO, 2016).

O curato de Dionísio, pertencente à freguesia do Alfié, foi criado pela Provisão de 13 de agosto de 1892. Já com a Lei Estadual de 20 de setembro de 1892, Dionísio se transformou em Paróquia, com instalação em 20 de maio de 1897 (IBGE, 2016).

Através da Lei Estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948, o município de Dionísio é criado, desmembrando-se de São Domingos do Prata (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Dionísio está situado corresponde a 344.55 Km², pertencendo à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e à Microrregião de Itabira (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 21,3° C.

Seus municípios limítrofes são: Marliéria, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Córrego Novo e Pingo d'Água. Os distritos de Dionísio são Conceição de Minas e Baixa Verde (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos:

De acordo com o IBGE, a população de Dionísio em 2016 era de 8.373 mil habitantes e sua densidade demográfica de 25,37 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Dionísio foi de 0,04%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou novamente taxa média anual de crescimento negativa, tendo sido esta de -1,53%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença bastante significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 55,06%, em 2000, ascendeu significativamente em 10 anos, passando para 81,99%, em 2010. Crescimento mais tímido pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização de Dionísio e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Dionísio	População urbana	50,79	55,06	81,99
	População rural	49,21	44,94	18,01
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Dionísio era composta por 49,22% de homens e 50,78% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, sendo, portanto, os valores do município e do estado tecnicamente iguais (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Dionísio, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 28,3%, em 1991, para 14,3%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (6,1%, em 1991, para 18,4%, em 2010), por sua vez, é pouco menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Porém, observa-se que, em 2010, somente 4,7% da população de Dionísio possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Dionísio possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado. Por outro lado, o valor registrado para a parcela da população que possui ensino médio completo ou superior incompleto se aproxima da média dos municípios mineiros.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Dionísio, no ano 2000, a razão de dependência foi de 58,73%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 47%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 11,12% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Dionísio e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
Dionísio	Razão de dependência	74,73%	58,73%	47%
	Taxa de envelhecimento	6,22%	8,22%	11,12%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, diferenças significativas entre os valores atribuídos a Dionísio e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso à Dionísio se dá pela via terrestre, embora o município não possua rodoviária.

Dionísio é atendido pela MG-820, situando-se a 172 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (69 Km) e Ponte Nova (94 Km). O transporte intermunicipal é realizado pelas empresas Gontijo, Transprata e Viação São Roque (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio ferroviário se dá por meio de estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que, por sua vez, localiza-se em Nova Era. Quanto ao transporte aéreo, o Aeroporto da USIMINAS, também em Ipatinga, constitui-se na opção mais próxima (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Dionísio conta com as empresas Vivo e Tim como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui apenas uma rádio, a 100.3 Tropical FM.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e, as principais vias de acesso ao município de Dionísio

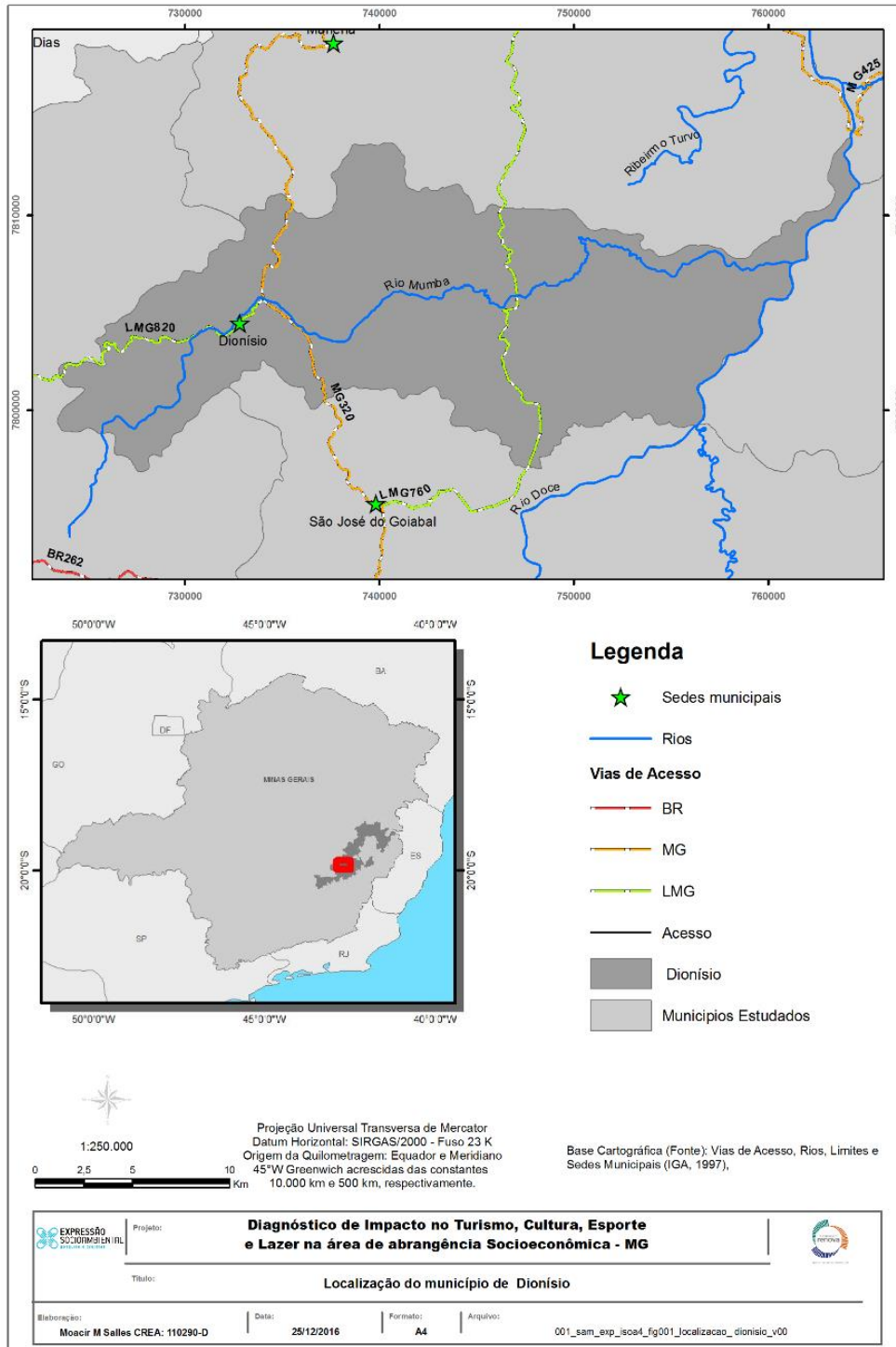


Figura 6 Mapa de localização município de Dionísio

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Dionísio, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,296 do IDHM total, 0,177 do IDHM longevidade, 0,155 no IDHM renda e 0,337 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Dionísio e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Dionísio	0,406	0,556	0,702	0,644	0,742	0,821	0,496	0,547	0,651	0,210	0,424	0,647
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Dionísio foi de 0,702 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,210 para 0,647. O índice referente à longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,821 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Dionísio se manteve constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Dionísio, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de -0,2%, entre 2010 e 2011, para 0,7%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se crescimento de 13,6% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 4,7% no período 2011-2013, sendo esta inferior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Dionísio cresceu menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Dionísio e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Dionísio	58.545	-0,2	58.978	0,7	67.004	13,6
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$6.714,08, em 2010, e R\$7.739,84, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135), embora não de modo significativo (PRÁXIS, 2016).

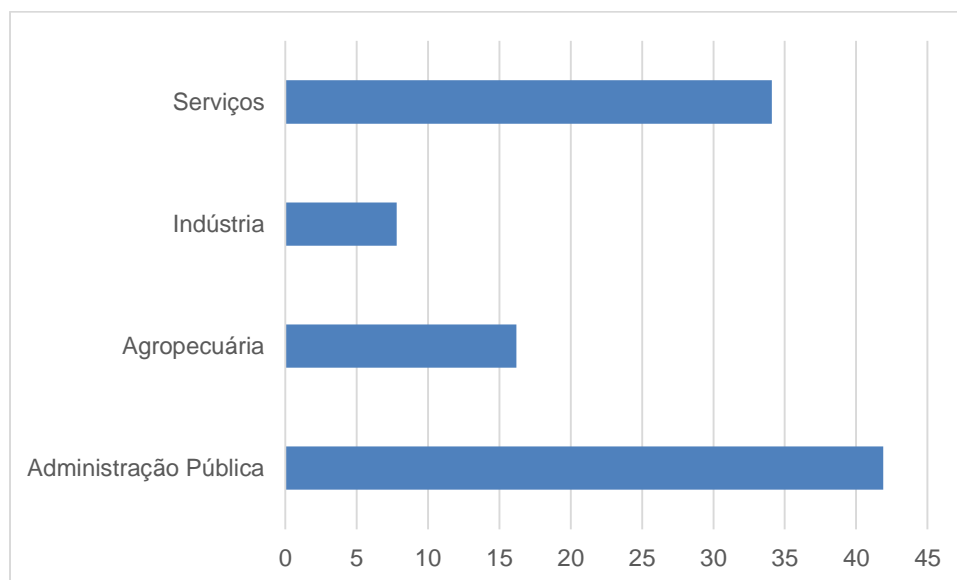
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Dionísio encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 41,9% e 34,1%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Dionísio



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 7,8% e 16,2%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, sobretudo naquilo que se refere ao setor industrial (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Dionísio possuía 3.046 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 3.556 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Dionísio e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Dionísio	3.046	3.556
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 63 empregos em 30 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 23 pessoas em 7 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 270 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Não foram identificadas informações referentes à legislação urbanística municipal por meio de dados primários ou secundários.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Dionísio. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁸. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Dionísio para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

O referido Inventário possibilitou identificar um total de 56 bens, serviços e atrativos em Dionísio. O principal atrativo natural do município é a Cachoeira do Dionísio, localizada próximo à entrada da cidade. Embora possua potencialidades, Dionísio tem pouca oferta de equipamentos culturais. Seus principais atrativos culturais estão ligados à religião católica, como a capela de Santo Antônio e a Paróquia de São Sebastião.

⁸ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Dionísio

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	32
Equipamento de hospedagem	2
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	18
Transporte	1
Locais/templos de manifestação de fé	10
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	1
Equipamentos Culturais	10
Meios de Comunicação	4
Equipamentos Culturais	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Atrativos	3
Atrativo natural	1
Atrativo cultural	2
Diversidade Cultural	5
Grupos Culturais	5
Calendário Cultural	0
Gastronomia	0
Total	56

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

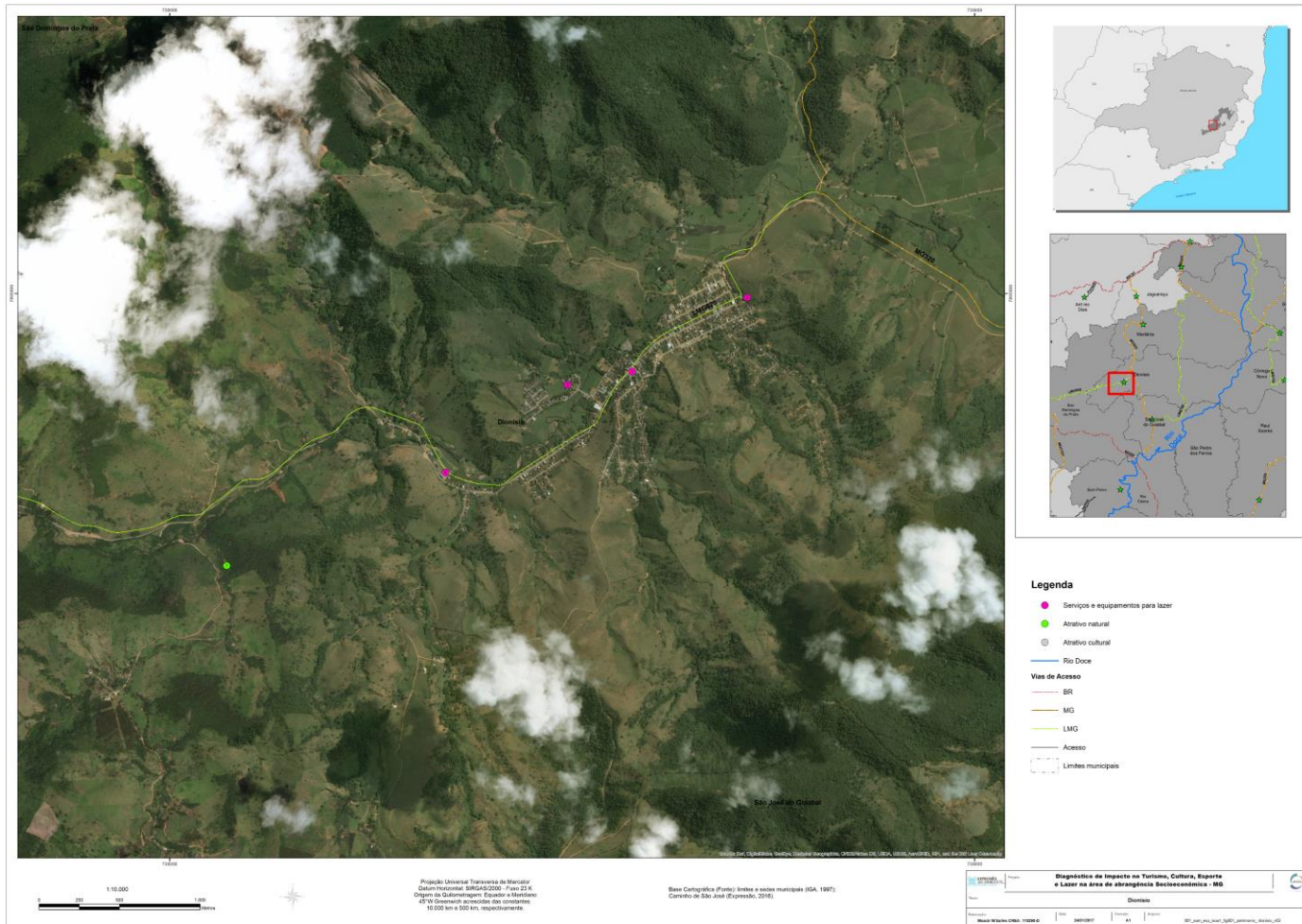


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Dionísio

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do setor de turístico dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu Sistema de turismo, dispondo de órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano de turismo, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, esta última prerrogativa específica de Minas Gerais. Em 2013, porém, a Fundação João Pinheiro analisou, por meio do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, o indicador “Organização Turística do Município”⁹, que

9 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de

mostra a participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. De acordo com o referido indicador, Dionísio ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas (FJP, 2013).

A gestão da política de turismo em Dionísio é atribuição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, órgão este que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais. Todavia, o município não possui Plano Municipal de Turismo – PMT, que é a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo no município.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de estabelecer adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda de acordo com a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Dionísio não possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, que é o principal mecanismo de participação e controle social da política pública de turismo local. Segundo a SETUR/MG (2014), este órgão é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

Ademais, verifica-se que os fóruns e conferências municipais também podem se expressar como importantes instrumentos de participação. Dionísio, porém, não conta com os mesmos.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro – FJP mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹⁰”. Desse modo, verificou-se que “Os gastos orçamentários de Dionísio na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

O município não possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, não dispõe de dotação orçamentária específica para o turismo e tampouco de legislação de incentivo ao setor, a qual poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade no nível local.

10 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Dionísio não participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na referida regionalização do turismo.

O município não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos financeiros, condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos destinados ao desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

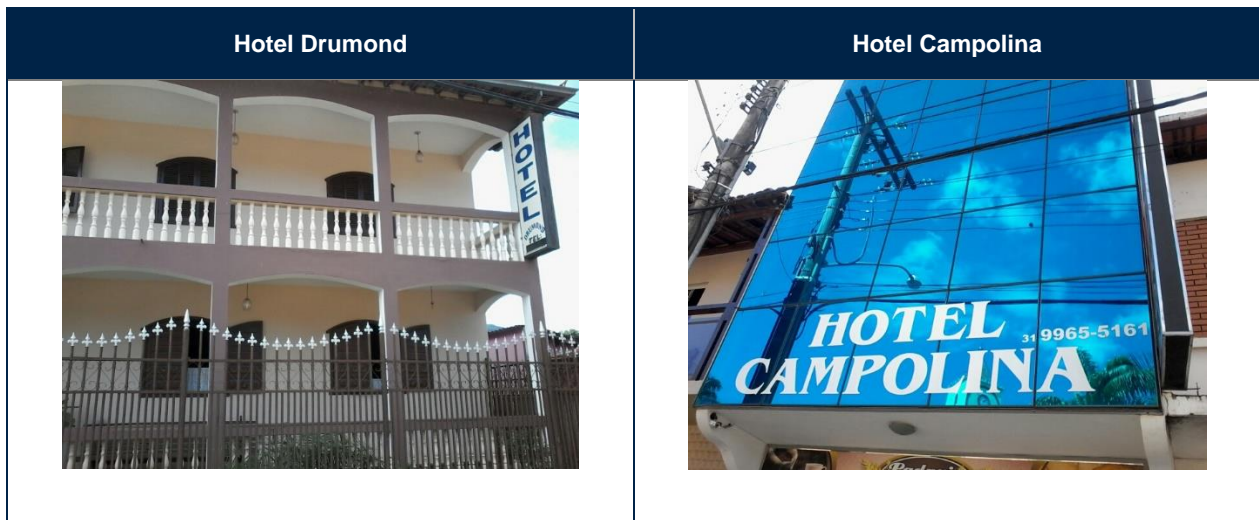
Dionísio não possuía Inventário de Oferta Turística preliminar quando da realização do levantamento de dados em campo pela empresa Expressão Socioambiental, em 2016. Por essa razão, fez-se necessário identificar e inventariar os espaços e equipamentos de apoio turístico existentes no município.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição, foram inventariados dois meios de hospedagem em Dionísio. Somada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem, o município conta com 15 unidades habitacionais e um total de 38 leitos. São eles:

- Hotel Drumond;
- Hotel Campolina.

Tabela 8 Meios de Hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Durante o levantamento de campo, foram identificados e inventariados em Dionísio 18 estabelecimentos de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados, a saber:

- Bar do Nem;
- Bar e Lanchonete Açai Point;
- Padaria e Pizzaria Duque;
- Sabor Kero Mais;
- Bar do Tião;
- Restaurante Dom Mineiro;
- Bar do Ponto;
- Churrasco do Paça;
- Mercado Conquista;
- Bar dos Amigos;
- Bar do Dem;
- Bar dos Amigos;
- Bar Zero Hora;
- Bar do Ricardo;



- Restaurante Drumond;
- Bar da Anita;
- Padaria Só Delicia;
- Tô Na Praça.

Bar do Nem



Bar e lanchonete Açai Point



Padaria e pizzaria Duque



Sabor Kero Mais





Bar do Tião



Churrasco do Paço



Mercado Conquista



Bar dos amigos





Bar Zero Hora



Bar do Ricardo



Restaurante Drummond



Bar da Anita





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

O levantamento realizado em campo permitiu identificar e inventariar um prestador de serviço de transporte em Dionísio: o ponto de táxi da Praça Matriz.



Figura 8 Táxi Sr. Célio Garcia

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Durante o levantamento de campo não foram identificadas empresas que prestem o serviço de agenciamento turístico em Dionísio.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

O levantamento de campo em Dionísio não identificou espaços para a realização de eventos, tais como congressos, convenções, exposição, feiras e shows. Contudo, observou-se que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é um equipamento utilizado para realização de eventos, ainda que este não seja seu objetivo principal.

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

O trabalho de realização do INVTUR permitiu inventariar dez locais e templos de fé em Dionísio. São eles:

- Capela de Santo Antônio;
- Igreja Batista Nacional;
- Assembleia de Deus;
- Salão do Reino das Testemunhas de Jeová;
- Fraternidade Cristão Missionários da Luz;
- Igreja Matriz de Dionísio;
- Deus é Amor;
- Primeira Igreja Batista de Dionísio;
- Congregação Cristã no Brasil;
- Igreja Presbiteriana em Dionísio.

Tabela 9 Locais e templos e locais de fé/edificações em Dionísio

Capela Santo Antônio



Igreja Batista Nacional



Assembleia de Deus



Salão do reino Testemunhas de Jeóva





Fraternidade cristão Missionários da Luz



Igreja matriz de Dionísio



Deus é Amor



Primeira igreja Batista de Dionísio





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.7 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

Em Dionísio não foi inventariado nenhum atrativo cultural a partir de elementos culturais materiais e imateriais, os quais, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. Sobre a gastronomia do município, não foram identificados produtos alimentícios característicos.

3.2.1.2.8 Atrativos Naturais

Embora parte da área do Parque Estadual do Rio Doce esteja localizada em Dionísio, este atrativo não foi considerado aprofundadamente no presente Diagnóstico, uma vez que encontra-se contemplado no município de Marliéria, aquele que abriga seu acesso principal.

Tendo isso em vista, foi identificado como atrativo natural passível de uso para fins turísticos a Cachoeira Dionísio.

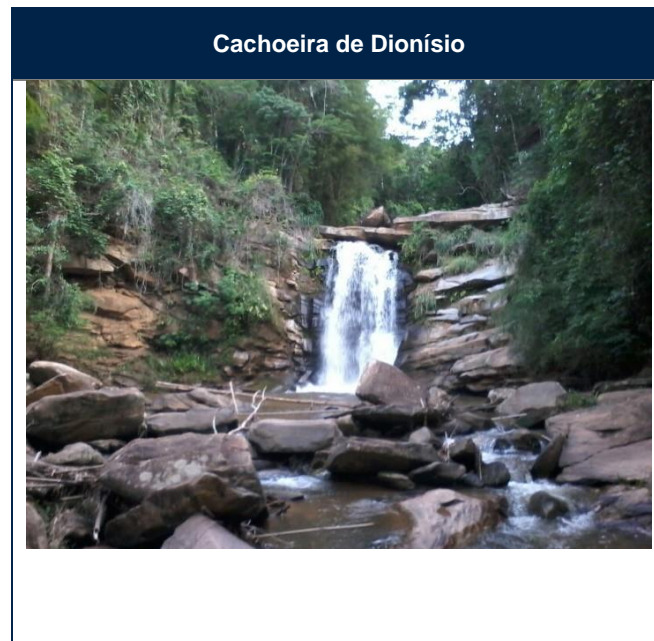


Figura 9 Cachoeira de Dionísio

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Cachoeira Dionísio é um importante atrativo natural, tendo incorporado-se aos costumes de lazer da comunidade, que a utiliza para atividades de lazer. Porém, verificou-se que o acesso ao atrativo, que se localiza próximo à entrada do município, encontra-se em mau estado de conservação. Destaca-se, ainda, que a entrada na Cachoeira é gratuita.

Naquilo que se refere ao Parque Estadual do Rio Doce – PERD, observa-se sua relevância para Dionísio. Localizado a, aproximadamente, 30 km do centro da sede urbana municipal, o PERD abriga a maior floresta tropical de Minas Gerais. Entre as atividades usualmente praticadas no local, estão os passeios de barco e de bicicleta, as trilhas, o banho, a pesca esportiva e os esportes de aventura. O Parque se encontra em bom estado de conservação, embora o acesso seja somente parcialmente pavimentado. Ademais, sua sinalização é ruim e a adaptação de seus espaços para pessoas com problemas de locomoção é insuficiente. Tal conjunto de fatores, portanto, impacta em sua frequência, ainda que os moradores do entorno tenham isenção do pagamento da taxa de entrada.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 10 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 10 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Dionísio, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e

equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de cultura em Dionísio é atribuição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, isto é, um órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas públicas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹¹, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura, e a sua caracterização, é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Dados oficiais do Ministério da Cultura indicam que o município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura ao assinar o Acordo de Cooperação Federativa em 5 de maio de 2014, através do processo nº 01400.015441/2010-46, conforme constante no Diário Oficial da União de 7 de maio de 2014. Tal acordo tem como objeto “estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária ao desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município”.

Entre as várias competências municipais decorrentes da adesão ao SNC constam a criação do Fundo Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura, além da elaboração do Plano Municipal de Cultura.

11 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

Até o momento, Dionísio não instituiu o seu Sistema Municipal de Cultura e tampouco elaborou o Plano Municipal de Cultura. Realça-se, também, que o município não possui política estruturada e continuada na área cultural, realizando ações pontuais de apoio às manifestações populares e tradicionais locais, entre elas a subvenção à banda de música e a realização de eventos.

No site da prefeitura consta que “a administração municipal de Dionísio mantém em funcionamento a sua escola de música com mais de 80 alunos atualmente. Especificamente na escola de violão são 115 estudantes. Outro investimento importante neste ano é a recuperação de instrumentos antigos e a reforma dos uniformes dos alunos”¹². Além disso, cita-se a manutenção da banda de música e do grupo de Congado de Dionísio.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação e controle da sociedade civil na política cultural, os dados levantados na pesquisa de campo indicam que Dionísio possui Conselho Municipal de Cultura, instituído através da Lei nº 475/2009. O referido órgão é paritário e de caráter consultivo.

No mesmo ano de instituição do Conselho Municipal de Cultura foi realizada a 1º Conferência Municipal de Cultura. Embora a gestora local tenha informado que Dionísio não participou de nenhuma conferência estadual ou nacional de cultura, os documentos oficiais do Ministério da Cultura – MINC indicam que o município enviou representantes para a 2ª Conferência Nacional de Cultura, também em 2009.

Verifica-se que Dionísio possui Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, instituído pelo Decreto nº 003/2001. O Conselho é paritário e de caráter deliberativo.

¹² <http://www.dionisio.mg.gov.br/cultura/>

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Dionísio não possui Fundo Municipal de Incentivo à Cultura. A falta de financiamento para as práticas culturais foi, inclusive, uma das principais dificuldades apontadas no DRP cultural¹³ do município, realizado em 2014, tanto no que se refere ao apoio aos grupos e manifestações locais quanto à própria dificuldade da prefeitura em obter recursos para realizar ações próprias.

Os recursos do orçamento municipal destinados à cultura estão expressos na tabela a seguir, segundo a função e o tipo de despesa, nos anos de 2014 e 2015.

De acordo com o portal “Fiscalizando com o TCE Minas Transparente”¹⁴, o município de Dionísio gastou cerca de R\$ 300 mil na função cultura em 2014, o que corresponde a 2,4% do orçamento municipal anual executado. Desse total, mais de 84% foi destinado ao pagamento de estrutura, logística e cachês para shows em eventos, no subitem difusão cultural.

Já no orçamento de 2015, o valor da função cultura foi reduzido para menos de R\$ 130 mil, correspondentes a menos de 1% do orçamento municipal realizado, distribuídos em rubricas semelhantes às do ano anterior, porém, com redução da proporção aplicada em difusão cultural – 62% do total da cultura.

Não foram encontrados recursos destinados para ações diretas de promoção e proteção do patrimônio cultural e tampouco para manutenção de programas e atividades culturais

13 No final do ano de 2014, foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP no município de Dionísio, no contexto do Curso de Capacitação de Gestores Culturais, financiado pela empresa Arcelor Mittal Bioflorestas. Participaram de sua elaboração artistas, produtores e gestores culturais da região. Tal documento será usado como referência para a análise que se segue, ademais dos dados coletados em campo e dados secundários levantados durante a elaboração do presente diagnóstico.

14 Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

regulares, exceto uma rubrica de R\$ 2 mil anuais para manutenção da Corporação Musical União Dionisiana.

É fundamental destacar que tal situação, comumente encontrada nos municípios do interior, é desfavorável à política cultural, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa e subtrai a possibilidade de realização de atividades voltadas para as outras prioridades da Política Nacional de Cultura, como a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a restauração e proteção do patrimônio material e imaterial, entre várias outras.

Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Dionísio (2014-2015)

Item / descritivo	Ano	
	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	15.432.300,00	17.506.900,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	13.614.749,18	13.270.894,76
Despesa total com a função cultura (valor executado e liquidado)	300.972,60	129.649,07
Subitem Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 15	45.518,60	49.343,28
Subitem Difusão Cultural 16	255.454,00	80.305,79

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

15 Valores utilizados para pagamento das rubricas: aluguel, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, material de consumo, pessoal efetivo e comissionado, obrigações patronais.

16 Valores utilizados para pagamento das rubricas logística, equipamentos, alimentação, hospedagem e pagamento de cachês para shows em eventos.

Dionísio tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁷, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto na Tabela 11 e na Tabela 12, Dionísio apresentou resultados variáveis e desiguais em termos de pontuação e de valores repassados, sofrendo uma queda brusca no último exercício, provavelmente em razão da falta de investimento e da ausência de comprovação da realização de ações obrigatórias previstas na política de patrimônio cultural do Estado.

Tabela 11 pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Dionísio (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2013	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2017
Dionísio	2,80	7,70	3,55

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 12 valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Dionísio (2014-2016)

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016 ¹⁸
Dionísio	354,42	35.216,75	2.504,47

Fonte: FJP, 2016

17 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e a órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

18 O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Dados do IMRS de 2013 revelam que Dionísio, juntamente com 72,6% dos municípios de Minas Gerais, não apresentava pluralidade de equipamentos culturais.

O município não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas.

Como o município de Dionísio não possuía Inventário de Oferta Turística – INVTUR, foi necessário coletar informações de base para o início de uma inventariação cultural. Os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

Dionísio não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, tais como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

À exceção da Biblioteca Pública Municipal Professora Irene Araújo, o município não dispõe de espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local. A Biblioteca encontra-se em bom estado de conservação, ainda que conte com pequeno acervo, entre mil a dois mil livros.

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

Na malha urbana, a sede de Dionísio oferece espaços dotados de infraestrutura de lazer e entretenimento, que são importantes referências espaciais e se consolidaram como pontos de encontro da comunidade para recreação e realização de atividades culturais.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis na MUNIC, módulo Cultura 2014¹⁹, apontam a presença de atividades de artesanato no município – principalmente nas áreas do bordado, couro e materiais reciclados. Além disso, foi apontada a presença de artistas e grupos ligados à dança, música – banda e coral –, artes visuais e manifestações populares.

Durante o levantamento de dados em campo, a gestora pública entrevistada apontou a prática da capoeira e a produção de doces e biscoitos no distrito de Conceição de Minas como importantes expressões da cultural local.

A Corporação Musical União Dionisiana existe há 30 anos e é o único grupo artístico local contemplado com subvenção anual no orçamento da prefeitura. Segundo informações do Portal Bandas de Minas²⁰, a corporação ficou alguns anos inativa, por falta de apoio, tendo retomado suas atividades em 2009. Atualmente, conta com 50 integrantes, incluindo alunos já em condições de participar de apresentações. Outros grupos e artistas mencionados foram o coral da igreja católica, o grupo musical Hudson e Banda, o Grupo de Congado de Dionísio e o grupo Nossa Cia. de Teatro, no distrito de Baixa Verde.

19 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

20 Ver: <http://www.programabandasdeminas.com.br/bandas/61>

A Nossa Cia. de Teatro²¹ é um grupo criado em 2011, “a partir do projeto Teatro no Vale do Rio Doce, da Cia Clara (BH), com apoio da ArcelorMittal no distrito de Baixa Verde, do município de Dionísio MG”. Atualmente o grupo tem participado do projeto “Teatro Incurso”, com o Grupo Teatro Invertido, também de Belo Horizonte. Em seu histórico, já realizou os espetáculos: Nossa Cidade (2011), A Triste História de Piramo e Tísbe (2011), Eu Sou Um Mundo de Coisas (2012), Hoje é Dia de Rock (2012) e O Pescador e a Alma (2015).



Figura 11 Corporação musical União Diocesana



Figura 12 Congado de Dionísio

Fonte: <http://www.dionisio.mg.gov.br/cultura/>

21 Ver: <http://nossacia.wixsite.com/teatro>



Figura 13 Nossa Cia de Teatro do distrito de Baixa Verde

Fonte: <https://www.facebook.com/NossaCia/>

Na área da formação artística e cultural, as principais ações existentes, segundo o DRP (2014), são:

- Aulas de violão com Lili;
- Oficinas de artesanato no CRAS;
- Aulas de pintura com José Rosário;
- Aulas de Capoeira;
- Aulas de música – formação continuada com a Corporação Musical União Dionisiana.

O município recebe, além de apresentações artísticas, oficinas e atividades formativas, através da Arcelor Mittal Bioflorestas, tanto em sua sede quanto no distrito de Baixa Verde, onde a empresa tem áreas de plantio.

3.2.2.4 Calendário Cultural

No DRP (2014) foram mencionados como principais eventos do calendário cultural de Dionísio:

- Janeiro: Festa de São Sebastião (dia 20);
- Abril: celebrações de Semana Santa, com encenação da Paixão de Cristo;
- Maio: Festa do Trabalhador (dia 1º);
- Maio: Romaria Cruz de Jambreiro (dia 3);
- Maio: Torneio Leiteiro;
- Junho: Festa Junina da Melhor Idade;
- Julho: Romaria Ecológica Diocesana Dom Helvécio, parte do calendário do Parque Estadual do Rio Doce, envolvendo as cidades de Dionísio, Marliéria e Timóteo;
- Agosto: Encontro de bandas;
- Outubro: caminhada ecológica promovida pela Associação Comercial e Industrial de Timóteo – ACIATI, cujo objetivo é promover o turismo regional e valorizar o Parque Estadual do Rio Doce;
- Outubro: Festa de Nossa Senhora do Rosário (dia 12).



Figura 14 Festa de Nossa Senhora do Rosário

Fontes: Panoramio Photos, 2016

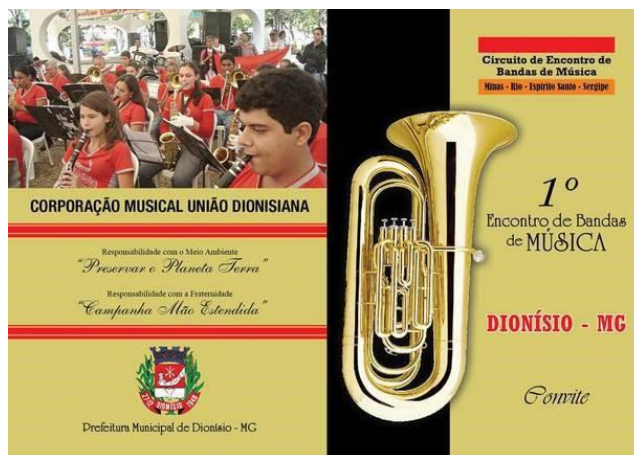


Figura 15 1º encontro de bandas de música

Fonte: https://www.facebook.com/cmud2013/?ref=page_internal

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A política de patrimônio cultural em Dionísio é ainda incipiente, embora sua primeira legislação de proteção ao patrimônio material e imaterial date de 2000 – Lei nº 247. Tal Lei é considerada o primeiro passo para a implementação de uma política pública de proteção ao patrimônio cultural. Avalia-se, pois, que essa legislação seja um diferencial na gestão cultural dos municípios. Assim sendo, em 2013, Dionísio, tal como 85,8% dos municípios de Minas Gerais, dispunha de lei de proteção do patrimônio cultural (IMRS/FJP, 2013).

Em 2001, através do Decreto nº 003/2001, o município criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Dionísio, instância de participação e controle social responsável pela orientação e formulação da política de patrimônio. A criação deste Conselho atende à exigência da Deliberação Normativa nº 02/2015, do CONEP/MG.

Entretanto, na documentação encaminhada ao IEPHA, para fins de participação na política do ICMS Patrimônio Cultural, Dionísio não apresentou o Inventário de Proteção do Acervo Cultural ou informações sobre tombamentos ou registros realizados.

Conforme o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, a comunidade de Baú encontra-se registrada na categoria Lugares, por sua origem quilombola²².

Há informações, não comprovadas, sobre o tombamento da Capela de Santo Antônio.

De natureza imaterial, a Roda de Capoeira (categoria Formas de Expressão) / Ofício de Mestre da Capoeira (categoria Saberes) do município é protegida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI, instituído pelo artigo 8º do Decreto nº 3.551/2000²³.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Em 2015, Dionísio participou da 5ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, tendo promovido:

- Visita guiada à Capela de Santo Antônio, contemplando, aproximadamente, 90 alunos, mães de alunos, professores e funcionários da Escola Municipal Dr. Gomes Lima, além de membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Houve palestra sobre a preservação do patrimônio e sobre a história da Capelinha, como é conhecida pela comunidade dionisiana;
- Visita guiada à Área de Proteção Ambiental Ribeirão Mombaça, destacado patrimônio natural e cultural de Dionísio, onde se localiza a maioria das nascentes que formam a bacia do Rio Mombaça. Também foram observados os corredores ecológicos que ligam tal Área ao Parque Estadual do Rio Doce;

22 http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/mg/mg_lista_comunidades.html

23 O PNPI viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, entendida como instrumento de construção e fortalecimento da cidadania. Busca promover a implantação de uma rede de parceiros que contribuam para a valorização do patrimônio cultural, de modo a torná-lo representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil. Nesse sentido, é fundamental a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam essas manifestações vivas, dinâmicas e de caráter processual, assim como a articulação com os órgãos públicos e entidades próximos desses produtores.



- 3º Festival de Dança da Escola Municipal Dr. Gomes Lima, intitulado “O Brasil e suas Diversidades: a Dança como Patrimônio Cultural” e totalizando 18 apresentações que contemplaram cerca de 600 pessoas, entre comunidade escolar e público interessado;
- 3º Encontro de Bandas de Música de Dionísio, na Praça São Sebastião, que contemplou em torno de 850 participantes. Tratou-se de parceria entre a Escola Municipal Gomes Lima, a prefeitura, a Câmara Municipal, o Rotary Club de Dionísio e o Circuito de Encontros de Bandas de Música de Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Sergipe;
- Culminância do Programa de Cultura Empreendedora em Dionísio, com feira de produtos e participação de aproximadamente 250 pessoas;
- 4ª Corrida Rústica e Passeio Ciclístico, com participação de aproximadamente 350 pessoas.

Também em 2015 houve participação de dois membros da administração pública municipal no Curso de Gestão Cultural e na Rodada do ICMS Patrimônio Cultural.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União.

Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Dionísio, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em Dionísio é uma atribuição da Coordenação de Serviços de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Em entrevista realizada com a representante municipal, verificou-se que o município não possui sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer. Observou-se, ainda, que, embora a Política Nacional do Esporte assinale que se deve “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura não conta com Plano Municipal de Esporte e Lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Para garantir a participação da sociedade civil na gestão da política setorial de esporte e lazer, Dionísio conta com o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei nº 539/2013. O referido órgão tem caráter deliberativo e representação paritária.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, verificou-se que Dionísio não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer, bem como de legislação de incentivo aos setores em questão.

De acordo com a representante municipal, o município possui dotação orçamentária específica destinada à Coordenação de Serviços de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Porém, a entrevistada não soube especificar o percentual representado pela referida dotação no conjunto do orçamento municipal. Naquilo que se refere aos recursos que têm como objetivo promover, fomentar e apoiar iniciativas nos setores de esporte e lazer, a gestora informou que a prefeitura utiliza recursos próprios.

Dados obtidos no indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer²⁴” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social de “Esporte e Lazer” apontam que os gastos orçamentários de

²⁴ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do

Dionísio em 2013 nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 2,3% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 1,7%, apresentando crescimento no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, Dionísio tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Em 2015, a Federação Mineira de Xadrez teve um projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no Edital 01/2015. O projeto Mentres Brilhantes seria desenvolvido em oito municípios, entre os quais encontrava-se Dionísio. Porém, a instituição proponente desistiu da captação e o projeto não foi realizado.

Segundo a representante municipal entrevistada, as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonato de Motocross; Torneios Municipal e Intermunicipal de Futebol feminino e masculino; Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG/ MG; Primeiro Festival de Xadrez; e Primeiro Festival de Judô.

Em 2012, Dionísio estava entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer, segundo consta no estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, cuja base é o indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte²⁵” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS).

setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

²⁵ O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes. A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

Tomando como referência o ano base 2015, o município obteve 450 pontos e ficou em 84º no ranking. Dessa forma, recebeu 0,357% do ICMS total arrecadado, conforme dados constantes no Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportivo (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009), ano base 2015.

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo de sua pontuação (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Dionísio possui oito espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer que, de acordo com a validação de dados do INVTUR, constituem-se em pontos de encontro da comunidade para recreação, lazer, festas, eventos, prática de atividades físicas, esportivas, escolares e culturais. São eles:

- Praça Senhor Rosalino;
- Praça São Sebastião;
- Praça JK;
- Praça da Baixa Verde;
- Estádio Del Paraíso;
- Campo Poliesportivo Municipal;
- Quadra Poliesportiva Municipal;
- Escola estadual José Martins Drumond.

Tabela 13 Espaços de esporte e lazer

Praça Sr. Rosalino



Praça São Sebastião



Estádio Del Paraíso



Campo Poliesportivo Mundial

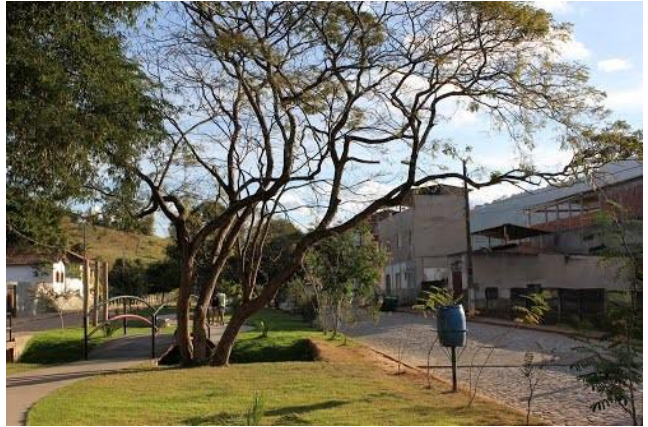




Quadra Poliesportiva Municipal



Praça JK



Praça da Baixa Verde



Fonte: Imagens de internet. Foto: José Rosário

3.3 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado por meio de pesquisas no principal sítio de busca da internet, o google²⁶. Para isso foram definidas taxonomias com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²⁷. As taxonomias utilizadas foram: I) Dionísio E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Dionísio E barragem de Fundão.

A utilização das supracitadas taxonomias gerou um número expressivo de resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. A tabela abaixo apresenta a compilação dos resultados da pesquisa e a categorização preliminar do impacto na imagem do município.

Tabela 14 Clipping de notícias - Dionísio

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Samarco assina acordo de R\$20 bi para recuperação do rio Doce	03/03/2016	Diário popular MG	https://goo.gl/jPXTSe	Nacional	Negativo
Programa de financiamento para empresas afetadas pela tragédia de Mariana é prorrogado	26/02/2016	Aconteceu no Vale	goo.gl/rDZu25	Nacional	Negativo
CBH – Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	19/05/2016	CBH Suaçuí MG	goo.gl/S5Xa5w	Regional	Negativo

²⁶ goo.gl/46bXSx

²⁷ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.



Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operária	goo.gl/aE16fm	Nacional	Negativo
#NãoEsqueçaMariana - Um ano do rompimento da barragem de Fundão	26/10/2016	MPMG	https://goo.gl/Mr2CE9	Nacional	Negativo
Programa de financiamento para empresas afetadas pela tragédia de Mariana é prorrogado	26/02/2016	Aconteceu no Vale	https://goo.gl/obj716	Nacional	Negativo
Prejuízo causado à fauna após tragédia em Mariana é tema de encontro no MPMG	21/10/2016	Hoje em Dia	https://goo.gl/VzdWtr	Nacional	Negativo
Samarco assina acordo de R\$20 bi para recuperação do rio Doce	03/03/2016	Diário Popular MG	https://goo.gl/bt63cE	Nacional	Negativo
Anta morre presa na lama da Samarco	03/03/2016	ANDA	https://goo.gl/GlqMnj	Nacional	Negativo
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	01/12/2016	Jornal o Rebate	https://goo.gl/uWd2cm	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

As notícias encontradas se referem aos mais diversos temas. Em geral, mencionam Dionísio em listagens nas quais constam uma série de outros municípios atingidos. Todavia, dentre as abordagens tem-se a prorrogação do prazo de solicitação de financiamento ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) por parte das empresas pertencentes às localidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, entre as quais Dionísio²⁸.

O site do Ministério Público de Minas Gerais - MPMG enfatiza ao longo da reportagem nele publicada que este foi “o maior desastre socioambiental da história do Brasil”. Salieta, ainda, as diversas frentes em que o MP tem atuado, junto a outros órgãos, e menciona a instauração do Inquérito Civil, no dia seguinte ao Evento, para apurar as causas, desdobramentos e responsáveis pelo Evento. A postagem também elenca os principais municípios atingidos e Dionísio aparece listado.

A notícia vinculada no site do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH-DOCE informa sobre um encontro ocorrido no município de Mariana com a participação de representantes dos comitês que compõem a Bacia do Rio Doce e de gestores dos 39 municípios atingidas pelo Evento. A ocasião tinha por objetivo apresentar e debater o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela empresa Samarco. Para além da discussão referente aos programas do TTAC, que visam reparar e mitigar os impactos decorrentes do Evento - programas voltados à segurança hídrica e qualidade da água, destinação de resíduos sólidos e melhoria dos sistemas de abastecimento de água -, a matéria também menciona a organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. Dionísio aparece listado como um dos municípios pertencentes à área ambiental 2 do TAC, integrante do escopo do referido Fórum.

Em matéria publicada em 09/11/2016²⁹ no sítio Liga Operária³⁰ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco”, afirma-se não ter havido punição para as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo Evento, classificado como

28 goo.gl/rDZu25

29 goo.gl/aE16fm

30 goo.gl/oFV2IU

um “crime premeditado”. Entre as consequências do Evento afirma-se a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Uma série de outras localidades é listada dentre aquelas que depois de aproximadamente um ano após o Evento, ainda não receberam ações de mitigação dos impactos. Entre essas localidades encontra-se Dionísio.

A notícia “Samarco assina acordo de R\$ 20 bi para a recuperação do Rio Doce”, publicada pelo portal Diário Popular, informa sobre reunião realizada em Brasília com a participação de representantes da Samarco, a Presidente da República Dilma Rousseff, entre outros atores. O objetivo da reunião era de efetivar a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o qual tem por objetivo, segundo a matéria, definir ações de reparação dos impactos provocados pelo “maior acidente ambiental da história do Brasil”. Em tal matéria, o município de Dionísio, mais uma vez, é citado entre aqueles que receberiam aporte financeiro do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

A notícia intitulada “Prejuízo causado à fauna após tragédia em Mariana é tema de encontro no MPMG”, comenta o encontro que ocorreu em Mariana (21/10/16) entre promotores do Ministério Público de Minas Gerais e especialistas que atuam em defesa da fauna atingida. Dionísio é mencionado em referência aos problemas ocorridos no Parque Estadual do Rio Doce, que tem porções da sua poligonal nos municípios de Marliéria, Timóteo e Dionísio.

A postagem no sítio ANDA - Agência de Notícias de Direitos Animais, informa a morte de uma anta nas imediações do Parque Estadual do Rio Doce. O texto relata ainda que tem-se tratado de fato comum, uma vez que existe circulação de animais no Parque, e que estes têm sofrido com “a lama que vazou”, em decorrência do Evento.

Finalmente, a reportagem “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BhP/Samarco”, publicado no sítio Liga Operária – o que consubstancia seu teor crítico, apresenta as consequências danosas do Evento, colocando-as como sinônimo de “impunidade e conivência dos podres governantes”. A matéria ainda cita as populações que teriam sido prejudicadas e, entre elas, as do município de Dinonísio.

A partir da amostra de notícias acima descrita verifica-se que, de modo geral, as menções a Dionísio se dão em listagens, não tendo sido encontradas matérias que abordem de modo específico os impactos do Evento no município. Em alguns casos, observa-se que as referências a Dionísio estão associadas ao Parque Estadual do Rio Doce. Cabe ressaltar que o nome do município não figura em nenhum título das notícias selecionadas na amostra do *clipping*.

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos³¹ resultante dos textos das notícias descritas e analisadas. Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são “Rio (Doce)”, “lama”, “Samarco” e “Tac”. Nota-se que os termos que se destacam no compilado de textos possuem caráter "neutro". Além do mais, é interessante destacar que a alta frequência do termo “Rio (Doce)” coaduna com a análise acima, na qual se enfatiza a frequência da citação, nas notícias vinculadas ao município, aos problemas gerados no Rio Doce e no Parque Estadual do Rio Doce.

31 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções relevantes e recentes. Além disso, sendo a Conectas³³ e a Onda Política³⁴ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³⁵ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³⁶, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 15 Síntese de referências - Dionísio

Município de Dionísio		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Sim

33 goo.gl/BcEHVc

34 goo.gl/x1VYhC

35 Organização Não Governamental

36 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
---	---------------	-----

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima é possível observar que o município de Dionísio foi mencionado em duas publicações do recorte. Em “PoEMAS³⁷ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁸, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são apresentadas de modo a promover uma reflexão a respeito da atividade mineradora no Brasil³⁹. O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás⁴⁰.

No documento observa-se que a primeira menção a Dionísio ocorre em uma listagem⁴¹, na qual descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento. Em outra menção, pontuam-se as divergências existentes entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do Rio Doce⁴².

37 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

38 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

39 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41

40 goo.gl/Ry1Shs

41 Página 55.

42 Página 62.



Por fim, destaca-se o relato de um agricultor familiar residente na zona rural do município⁴³, no qual ele afirma que “A gente precisa muito do Rio Doce, e agora a gente não sabe o que fazer, se a gente pode por a água para a criação beber, se a gente pode irrigar um pasto ou molhar a plantação [...]”⁴⁴. O mesmo relato está presente na outra referência na qual Dionísio foi citada, qual seja, “POEMAS | Pedras de sangue e choro maculam a vertente”⁴⁵.

43 Página 70.

45 Página 48.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Diante disso, verifica-se que Dionísio não apresente um Sistema de Turismo consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor, ainda que o gestor público entrevistado tenha afirmado que este é muito importante para o município.

As potencialidades de Dionísio para o setor turístico são suas belezas naturais, a exemplo das lagoas (cerca de 40), montanhas, cachoeira, fazendas e pesque e pague. Ademais, há relação entre o setor público e a iniciativa privada é amigável, o que pode vir a possibilitar o avanço conjunto para o desenvolvimento do turismo. Nesse sentido, observa-se que as os principais segmentos do turismo municipal são: aventura, religioso e lazer.

A oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo (tais como hotéis, restaurantes, bancos etc) é suficiente para a demanda local, ainda que pequena. Além disso, o município foi premiado com o “Prêmio Rotary de assoreamento das nascentes “, do Rotary Club, em função de um projeto de preservação, cercamento e recuperação de mais de cem nascentes na região. O projeto foi desenvolvido em parceria com a prefeitura, a Emater, o Rotary Club e o Instituto Federal de Florestas.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são a ausência de investimento no turismo, as dificuldades de acesso ao município, a falta de instruções e de uma equipe especializada. Admeais, averiguou-se que a população local é pouco sensibilizada e mobilizada para o turismo.

Logo, diagnostica-se que o turismo ainda é incipiente em Dionísio, demandando, sobretudo, ações do poder público e da iniciativa privada para fomentar a atividade.

4.2 Cultura

Dionísio não possui Sistema Municipal de Cultura estruturado, embora já tenha aderido ao Sistema Nacional de Cultura. Como se viu, a política cultural local não apresenta ações continuadas e consistentes, dedicando praticamente a totalidade de seu orçamento para a realização de festas e eventos em datas comemorativas.

Além disso, o município registrou encolhimento no orçamento no último ano analisado (2015), tendo, ainda, perdido pontos no ICMS Patrimônio Cultural, o que fará reduzir ainda mais os valores repassados pelo governo estadual.

Durante a realização do DRP (2014) foram levantados os pontos fracos / dificuldades e os pontos fortes / potencialidades da cultura em Dionísio. De acordo com tal documento, as principais fragilidades locais são:

- Inadequação dos espaços físicos para a cultura, tanto em termos de infraestrutura quanto de equipamentos;
- Dificuldades de acesso / logística dos espaços;
- Falta de uma casa de cultura;
- Necessidade de restauro do Espaço Carro de Boi;
- Casarões e imóveis históricos sem tombamento, abandonados ou sendo derrubados;
- Falta de patrocínio para as práticas culturais;
- Falta de voluntários / pessoas para o trabalho com a cultura;
- Perda de tradições e da identidade cultural local;
- Desconhecimento por parte da população sobre as leis de incentivo à cultura e oportunidades;
- Divulgação ineficiente de cursos, eventos e outras oportunidades;
- Falta de cursos / formação continuada e permanente;
- Falta de banco de dados / informações culturais.

Quanto aos pontos fortes e potencialidades identificadas, foram realçadas à época:

- Existência de diversos espaços físicos potenciais para as práticas culturais;
- Disponibilidade de artistas e grupos culturais;
- Existência de meios de comunicação locais;
- Existência de calendário municipal regular de eventos.

Em linhas gerais, é importante destacar a necessidade de se estruturar a política cultural no município, com a instituição do Sistema Municipal de Cultura e todos os seus elementos constitutivos, e de elaborar de forma participativa o Plano Municipal de Cultura. Essas iniciativas são fundamentais para se conferir à política cultural local o caráter de política de estado e, ainda, para se promover e apoiar os grupos e manifestações locais, na sede e nos distritos, garantindo a sua continuidade e fortalecimento.

4.3 Esporte e Lazer

Dionísio apresenta frágil estrutura de gestão voltada para o esporte e o lazer. O órgão incumbido de gerir tais políticas acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais, ainda que, de acordo com a gestora pública entrevistada, exista dotação orçamentária específica para a Coordenação de Serviços de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. A entrevistada, porém, não informou o percentual destinado à promoção, fomento e ao apoio a esses setores em relação ao orçamento total do município.

Além disso, a inexistência do Fundo Municipal de Esportes e do Plano Municipal de Esportes, bem como de legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer, reforçam a assertiva acerca da fragilidade na gestão dessas políticas.

Quanto à adesão deste município em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, foi registrado que Dionísio tem participação em três programas: Jogos Escolares de Minas Gerais, ICMS Solidário – Critério Esportivo e Lei de Incentivo ao Esporte Estadual. Assim, verifica-se que o Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que se encontra ativo,

permitiu a participação de Dionísio em programas que lhe proporcionaram uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

O representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois é através dele que são desenvolvidas atividades que atraem a atenção e o interesse dos jovens, mantendo-os longe das drogas. Ele aponta que as modalidades esportivas futebol de campo e judô, além do Salão de Xadrez, do motocross e da ginástica para a “terceira idade” são as maiores potencialidades. O entrevistado ressalta, ainda, que, entre os 22 municípios que participaram do Torneio de Xadrez da Petrobras, Dionísio foi o primeiro a inaugurar o Clube Brasileiro de Xadrez. Além disso, tal atividade já faz parte da grade curricular escolar, com aulas uma vez por semana, para todos os alunos da escola municipal, desde a Educação Infantil até o 5º ano. Contudo, a falta de recursos financeiros foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado também afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Dionísio, sendo necessário que a população tenha momentos de descanso de qualidade para que a saúde e o trabalho não sejam afetados devido ao estresse do dia a dia. Para ele, a natureza, que propicia caminhadas ao ar livre, passeios de bicicleta e espaços nas praças são as potencialidades observadas. Entretanto, a falta de valorização da riqueza natural do município e da qualidade de vida que própria à uma cidade do interior são as principais fragilidades observadas para o desenvolvimento do lazer em Dionísio.

Diante disso, verifica-se que as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para o desenvolvimento do esporte e do lazer são:

- Manter os programas que desenvolvem as atividades de Judô e Xadrez;
- Promover atividades como aulas de dança para a população.

Além disso, observou-se que a estruturação institucional do município para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer, bem como a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em programas com atividades diversificadas, são medidas necessárias à elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 16 Tabela 16.

Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 17 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 17 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 17 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 18, a seguir:

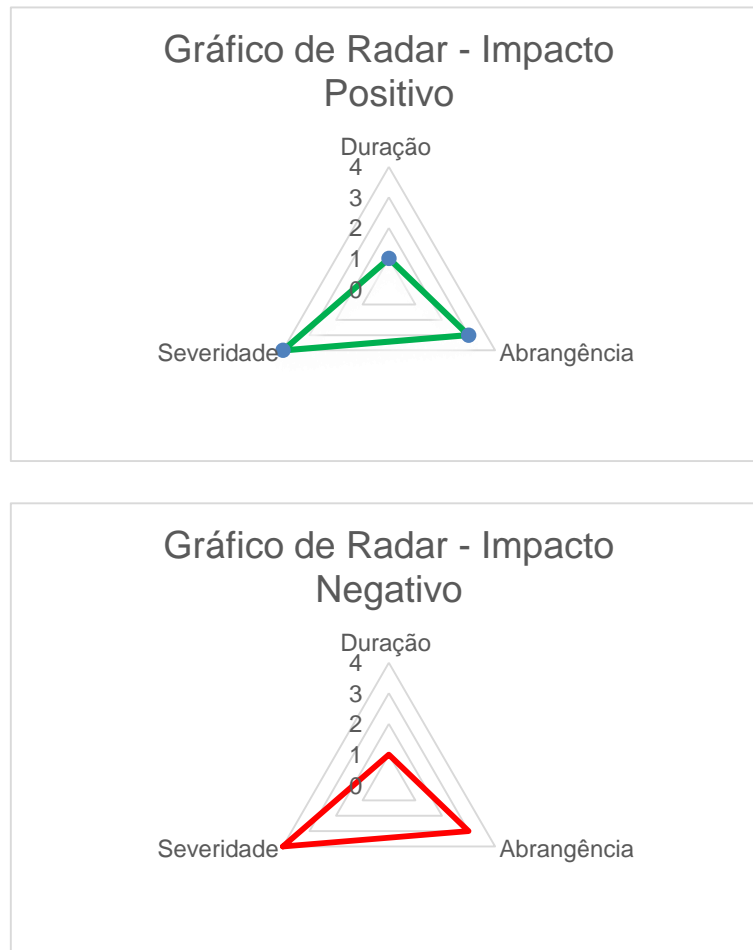


Figura 18 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 19 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

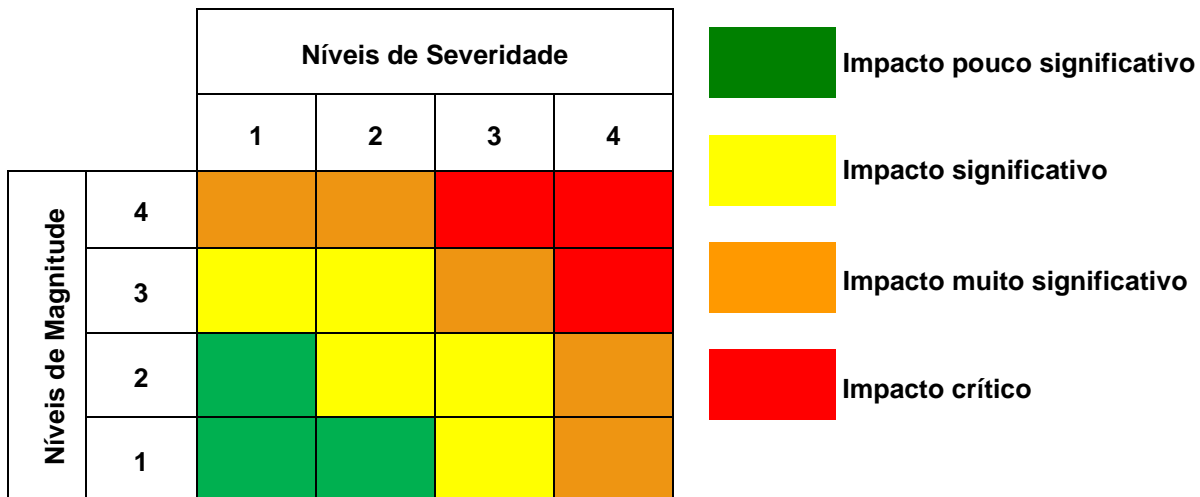


Figura 19 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.



Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;



- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;



- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

5.2.1 Impactos na Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Conforme exposto no diagnóstico, as pesquisas sobre matérias jornalísticas e produções acadêmicas em que Dionísio foi mencionado gerou um número expressivo de resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra.

As notícias selecionadas se referem aos mais diversos temas atinentes ao rompimento da barragem de Fundão. Em geral, apontam impactos decorrentes do Evento e/ou mencionam iniciativas para a mitigação dos mesmos. Todas elas apresentam teor “negativo” associado a Dionísio sem que se faça menção a este município de modo específico, uma vez que nas referidas matérias, este aparece em listagens nas quais constam uma série de outros municípios atingidos. Destaca-se, de modo particular, a menção ao município em matérias nas quais há referência a problemas ocorridos no Parque Estadual do Rio Doce.

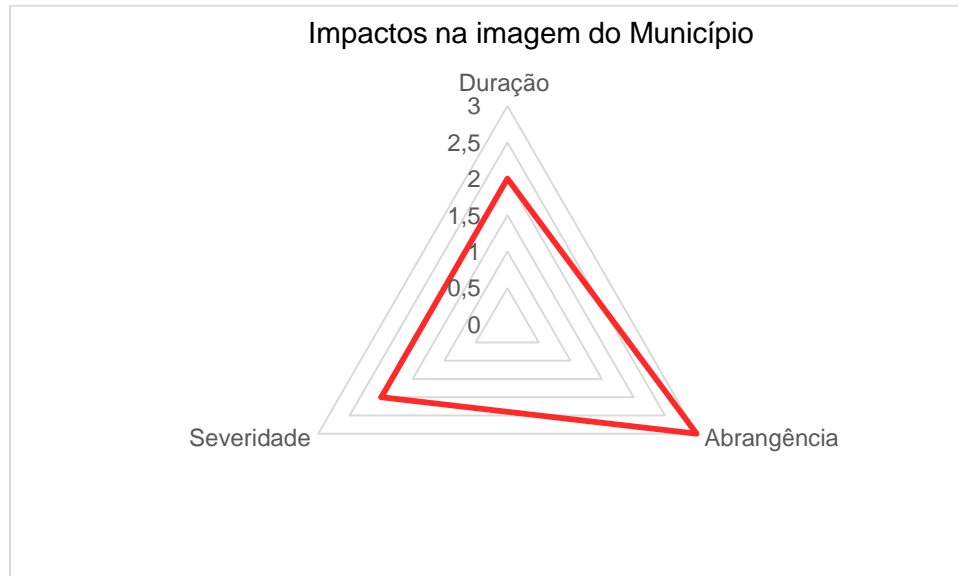
Reitera-se que o nome do município não figura em nenhum título das notícias selecionadas na amostra do *clipping* e, ainda, que não foram encontradas matérias em que o município tenha se constituído em objeto específico ou recebido abordagem em destaque.

Na nuvem de termos resultante dos textos das notícias descritas e analisadas, os mais frequentes foram “Rio (Doce)”, “lama”, “Samarco” e “TTAC”, que não se destacam por possuírem caráter “negativo”. Todavia, tomando por base o *clipping* de notícias e a nuvem de termos, observa-se que houve impacto na imagem do município, embora sem elevados graus de expressividade, abrangência e duração.

No âmbito da produção acadêmica, Dionísio foi mencionado em duas das oito publicações que integram o recorte amostral. Em uma, como parte de uma listagem em que se apresenta a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento; em outra, em análise na qual pontuam-se divergências entre pareceres institucionais acerca da presença de rejeitos na água do rio Doce. Nesta, apresenta-se relato de um agricultor familiar residente na zona rural de Dionísio, que afirma: “A gente precisa muito do Rio Doce, e agora a gente não sabe o que fazer, se a gente pode por a água para a criação beber, se a gente pode irrigar um pasto ou molhar a plantação [...]”. Tomando por base a produção acadêmica, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Dionísio pode ser considerado médio para baixo em termos de duração, severidade e abrangência.

Considerando que nenhuma das notícias publicadas por veículos de destaque em âmbito nacional e regional se reportam diretamente ao município de Dionísio e que este aparece em listagens nas quais consta uma série de outros municípios atingidos, avalia-se o impacto sobre a imagem do município como: negativo, indireto, de média duração (2), uma vez que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), pois incide sobre a imagem deste. Por sua vez, considera-se média (2) a severidade do impacto, em função do inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento no âmbito regional, nacional e internacional.

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

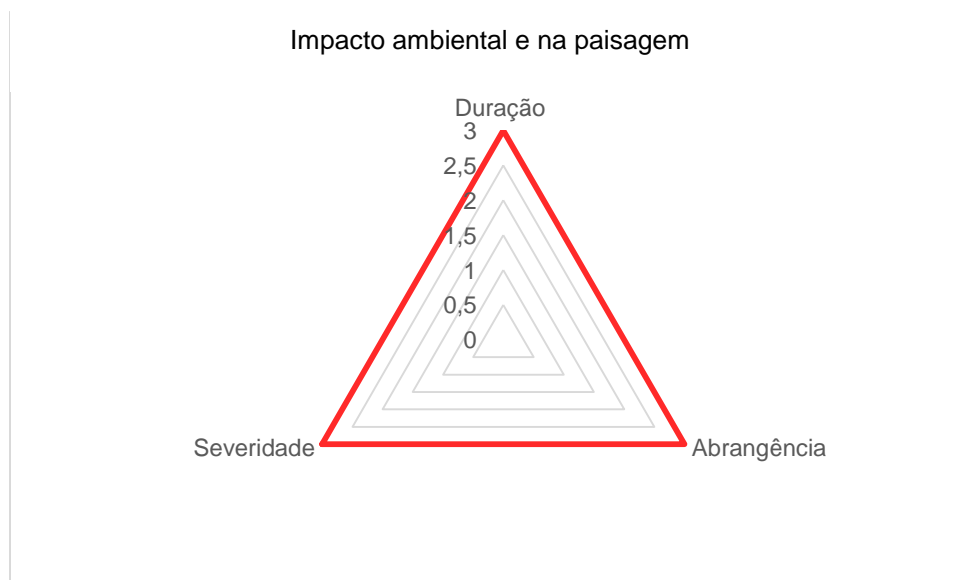
Em função destas características, este impacto foi classificado como significativo (2).

5.2.2 Impacto Ambiental e na Paisagem

A paisagem do município sofreu impacto decorrente do rompimento da barragem de Fundão e não houve nenhuma intervenção para a melhoria. Como o rio Doce é um dos principais rios que passam pelo município, a força da lama que escorreu e, conseqüentemente, a poluição das águas fez com que a paisagem que margeia o rio se deformasse, perdendo a sua configuração anterior.

Avalia-se que este impacto é de natureza negativa, diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão, de longa duração (3), e abrangência municipal (3). A severidade deste impacto é avaliada como média-alta.

Gráfico 3 Impacto ambiental e na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face à abrangência e à severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

5.2.3 Alteração do Cotidiano Comunitário Relativo ao Lazer

Embora o cotidiano comunitário relativo ao lazer normalmente esteja diretamente relacionado aos espaços de sociabilização disponíveis em um município, em Dionísio não foram relatadas ou verificadas quaisquer danificações em estruturas e equipamentos de esporte e lazer. Todavia, em entrevista com a representante municipal de Dionísio foram mencionadas alterações no cotidiano comunitário relativo ao lazer de parte da comunidade.

O rio Doce "corta" o território municipal e, assim, devido ao despejo de rejeitos da barragem de Fundão a prática da pesca esportiva amadora como atividade de lazer foi impactada. Todavia, é importante considerar que a sede do município de Dionísio está localizada a aproximadamente 30 quilômetros do rio Doce, o que faz com que a

população local prefira exercer a atividade no açude que abastece a cidade. Salienta-se que no levantamento de dados em campo não foram identificadas evidências e tampouco obtidos relatos sobre turismo de pesca no município.



Figura 20 Imagem de satélite do município de Dionísio

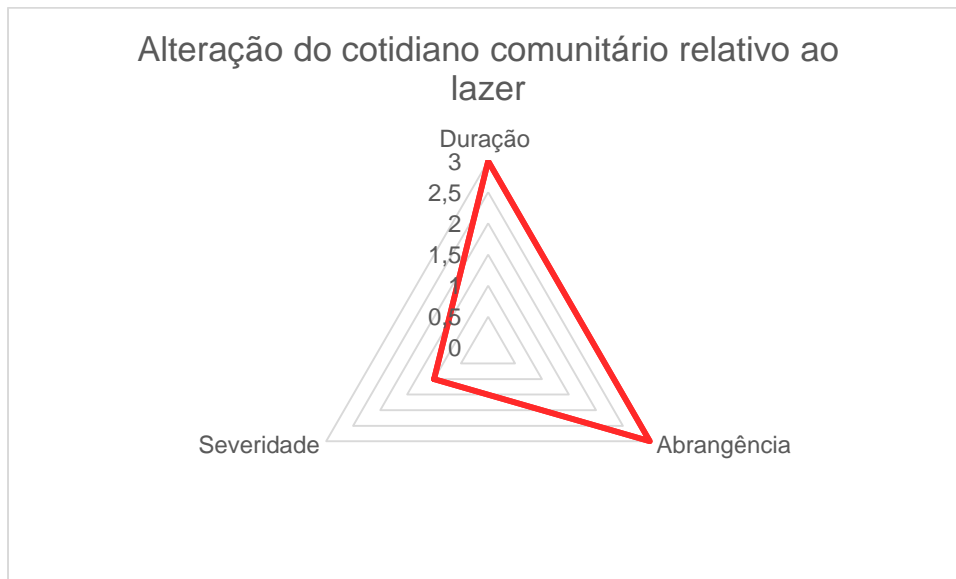
Fonte: Google Earth, 2016

Ainda durante o levantamento de dados em campo, obteve-se a informação de que não houve quaisquer intervenções a fim de mitigar o impacto sobre a pesca esportiva amadora local.

Os aspectos ora descritos possibilitam avaliar que o impacto em tela é de natureza negativa, diretamente originado do Evento, de abrangência municipal (3) e, estima-se, de longa duração (3). Avalia-se, todavia, como baixa (1) a severidade do impacto em questão, uma vez que o Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo

ao lazer, dado que a pesca esportiva amadora é praticada preferencialmente em lagoas e açude do município.

Gráfico 3 Alteração do cotidiano relativo ao lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Considerada a abrangência e a severidade do impacto sobre o cotidiano comunitário relativo ao lazer avalia-se o mesmo como significativo (2).

Tabela 18 Planilha de identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/Meio	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto na imagem do município	Notícias e estudos acadêmicos sobre o impacto	N	ID	3	2	2	2	Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	1	1
Impacto ambiental e na paisagem	Despejo dos rejeitos da barragem desconfigurar a paisagem do Rio Doce e	N	D	3	3	3	3	Requalificação Ambiental	1	1	1

	suas margens.								Capacitação e Promoção do Turismo			
Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer	Interdição da pesca amadora esportiva no Rio Doce	N	D	3	3	1	2		Requalificação Ambiental	1	0	1
									Fortalecimento da Pesca Amadora			

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 19 Listagem de participantes de reunião institucional em Dionísio

Nome	Nome do órgão/setor
Frederico Henriques Figueiredo Coura Ferreira	Prefeito
Edilene Figueiredo Coura	Secretaria de educação, cultura, esporte, lazer e turismo.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 20 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarim	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.
Disponível

em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. DIONÍSIO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br). VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL DIONÍSIO. DISPONÍVEL EM: IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM: 27.11.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível em:
<http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/). ACESSO EM: 13/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://ESPORTES.MG.GOV.BR/)> ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.
PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DIONÍSIO, 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS) >. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



reparar, restaurar, reconstruir

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2016.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://www.dionisio.mg.gov.br/>. ACESSO EM: 13/01/2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.